



O ADVENTO DA REPÚBLICA EM PORTUGAL E A DITADURA DE SIDÓNIO PAIS: AVANÇOS E RECUOS SIMBÓLICOS E IMAGÉTICOS

Ana Saldanhaⁱ

Professora Adjunta Convidada da Escola Superior
de Língua e Tradução (ESLT) - Instituto Politécnico de Macau (IPM)
Doutorado em Letras pela Université Stendhal – Grenoble III (França) e
Universidade de Lisboa (Portugal)

RESUMO

Debruçar-nos-emos sobre o período que decorre entre a instauração da República, a 5 de outubro de 1910 e o período ditatorial sidonista. Consideramos que a cada um destes períodos corresponde a manifestação de um imaginário social, ao qual subjazem determinadas imagens e símbolos. Neste sentido, consideramos que durante a instauração da República, o poder que viria a ser dominante, e que derruba a monarquia, recorre a uma imagética e simbologia em que a força de um coletivo supera a ideia até então predominante de um herói nacional – esta última consubstanciada num imaginário religioso-imperial e sebastianista –, a qual, no entanto, vir-se-ia a manifestar, de novo, durante a ditadura sidonista.

Palavras-Chave: imaginário; República; Sidónio Pais; herói individual; herói coletivo.

ABSTRACT

We shall look at the period between the establishment of the Republic on 5 October 1910 and the Sidónio Pais dictatorial period. We consider that each one of these periods correspond to a specific social imaginary, to which certain images and symbols underlie. In this sense, we consider that during the establishment of the Republic, the power that would become dominant, and that overthrows the monarchy, appealed to an imagery and symbolism in which the strength of a collective surpasses the idea of a national hero (that until then prevailed), which, however, would be manifested, again, during the Sidónio Pais dictatorship.

Keywords: imaginary; Republic; Sidónio Pais; individual hero; collective hero.

Introdução

Com este artigo, pretendemos compreender de que forma, em Portugal, uma força social, coletivamente considerada, levou adiante um novo processo sociopolítico – a República –, cuja simbologia e imagética se opuseram aos que haviam sido veiculados durante a monarquia. Nesse sentido, acompanharemos as alterações e contradições simbólicas operadas durante a Primeira República, dando um enfoque especial à ditadura de Sidónio Pais.

Consideramos que a leitura da História não pode ser desvinculada das lutas sociais e, conseqüentemente, do ambiente político em que aquelas se inserem, razão pela qual consideramos que tampouco o imaginário pode ser estudado e lido sem que nele compreendamos um conteúdo político-social (ou, se quisermos, histórico).

Relativamente ao imaginário, baseamos o presente trabalho nas estruturas antropológicas de Gilbert Durand (2006), discípulo de Bachelard, quem analisa as grandes estruturas que se encontram subjacentes aos mitos, afirmando a impossibilidade de existência de uma cultura sem mitos e sem símbolos. Para Durand, o mito precede a razão, enquanto o símbolo nos permite reflectir para além do conceito.

Durand critica, por conseguinte, tanto a tradição metafísica da imagem como a fenomenologia (incluindo Sartre), considerando que ambas vêm a imagem como possuidora de propriedades pobres e passivas, ignorando a função psíquica e cultural da imagem:

L'image - aussi dégradée qu'on puisse la concevoir - est en elle-même porteuse d'un sens qui n'a pas à être recherché en dehors de la signification imaginaire. C'est finalement le sens figuré qui seul est significatif, le soi-disant sens propre n'étant qu'un cas particulier et mesquin du vaste courant sémantique qui draine les étymologies (Durand, 2006, p. 24).

Seguiremos, igualmente, a proposta dual do imaginário proposta por nós (Saldanha, 2011), segundo a qual o imaginário social português se pode subdividir em duas grandes manifestações, o *imaginário do protagonista coletivo* e o *imaginário do herói individual* (que ora se patenteiam alternada, ora concomitantemente). 144

O *imaginário do herói individual* testemunha a representação heroica e imperial de um indivíduo, que é, simultaneamente, o representante imperial de uma nação, conquanto o segundo, opondo-se simbólica e imageticamente ao primeiro, destrói a imagem do salvador deificado, trazendo para o plano do imaginário a importância da ação coletiva como força motriz da mudança e da evolução histórica (Saldanha, 2011).

Ao estudarmos a dualidade imagética aqui proposta baseamo-nos, igualmente, na

dialética dos processos sociais. Assim, o *imaginário do herói individual* é apropriado pelas classes dominantes de organizações socioeconómicas que buscam na heroicidade de um passado a base simbólica para veicular valores de submissão e de conformismo, enquanto o *imaginário do protagonista coletivo*, reagindo ao simbolismo e mitologias do anterior, veicula a liberdade de ação coletiva.

Fomos, então, levados a considerar que os dois imaginários estão subjacentes a determinados períodos da História de Portugal. Com efeito, tendo em consideração a evolução social e o constante movimento dos processos históricos, consideramos que à instauração da República correspondeu a manifestação de um imaginário social no qual predomina a imagem de um herói, coletivamente considerado, conquanto na monarquia se manifestou o imaginário antagónico.

Apesar disso, consideramos que o imaginário do herói individual se manifesta, igualmente, em determinados períodos da República, sobretudo durante os períodos ditatoriais. No presente trabalho, centramos-nos em um destes períodos: a ditadura de Sidónio Pais (1917-1918).

1. O imaginário do protagonista coletivo e o imaginário do herói individual

Quando atribuímos a um personagem, histórico ou mítico, a designação de herói,

significa que a ele são outorgadas as características dos heróis da antiguidade. Ser semidivino, iluminado e/ou poderoso, ele distingue-se dos restantes seres humanos pelos seus atributos individuais.

O herói atravessou diferentes culturas e, em cada uma delas, assumiu características que haviam permitido a vitória de uma nação, a concretização de um desejo coletivo ou a implantação de uma ordem desejada. As obras épicas distinguem-se, aliás, das restantes narrativas pela exaltação do herói que domina todas as outras personagens: encontramos-lo na literatura iraniana (*Guilgamesh*), assim como na literatura grega ou indiana.

A epopeia grega clássica, por exemplo, ¹⁴⁵ oferece-nos diversos exemplos de heróis; eles são, frequentemente, filhos de um pai ou de uma mãe que possui uma natureza divina, tendo sido o seu nascimento precedido de um oráculo, de um sinal ou de um milagre. O homem acedia ao estatuto de herói através de um afrontamento com um opositor, bestializado e representado como o mais perigoso dos seres para uma determinada comunidade. A criação de um herói mítico, em contraposição a um opositor, causador de todo o tipo de males e que por aquele será vencido, tinha, assim, como objetivo, a retoma de uma ordem originária que fora perturbada pela monstruosidade do opositor do herói. Todos os cidadãos dever-se-iam, por conseguinte, comportar como o herói, para, deste modo, serem reconhecidos pela comunidade e

receber as benesses consequentes, frequentemente de ordem económica (o que permitia ao novo herói manter a sua posição como tal).

Ora, também os regimes totalitários e fascizantes buscaram a antonomásia heróis para glorificar uma política repressiva e/ou colonial, assim como para estabelecer uma ordem repressiva face a uma pretensa ameaça, frequentemente ideológica, exterior.

O herói salva o mundo, renova-o, inaugura uma nova etapa ou ordem (cf. Eliade, 1949). A sua magnificência é de uma importância coletiva tal que ele se impõe, frequentemente, como chefe político ou militar. O herói é, habitualmente, masculino.

A mulher, associada à maternidade e à sedução, é, sobretudo, representada como a tentação à qual o herói deve resistir para atingir os seus fins: ela representa, portanto, uma ameaça para a concretização das acções heróicas da personagem que deseja distinguir-se dos demais. Se, ao contrário, a mulher não representa uma ameaça ou uma tentação, ela aparece como a Sabedoria ou, no universo cristão, como a Graça que transporta a doçura, a tranquilidade ou a recompensa após um combate. Apesar disso, existem exemplos de heróis femininos (como as amazonas).

Afrontando os seus rivais, desejado pelas mulheres (como Ulisses), impondo-se à sociedade pela força dos seus valores e armas, o herói ganha o lugar desejado pela maioria dos

homens. Ele apresenta, igualmente, uma característica etária: o herói acede ao patamar do heroísmo, sobretudo, quando jovem. A velhice passá-la-á, tranquilamente, num mundo terreno ou além-terra, num repouso merecido, graças à concretização de feitos heróicos durante a sua juventude.

O herói é, igualmente, em muitas ocasiões, assistido por um companheiro: Pátrocolo é o companheiro de Aquiles, Enkidou é o companheiro de Gilgamesh, Afonso Henriques é acompanhado por Soeiro Mendes (numa crónica mais antiga) ou por Egas Moniz (numa crónica mais recente). Os companheiros são, no entanto, meros coadjuvantes e não eliminam o carácter individual do herói.

146

Consideraremos, porém, a existência de um protagonista coletivo (Saldanha, 2011), em oposição ao herói que acabamos de descrever.

As características individuais do herói elevam-no a um patamar que o aproxima de Deus (ou dos deuses), já que as suas particularidades são completamente distintas das que pertencem aos seres humanos ordinários. O protagonista coletivo, ao contrário, não encerra, nele próprio, estas características maravilhosas. Ele é constituído por um conjunto de seres humanos que, individualmente, não apresentam qualquer especificidade sobrenatural. O homem ou a mulher que se inserem no protagonista coletivo não se distinguem, por isso, dos demais: é, todavia, pela força coletiva destes homens ordinários que se concretizam atos

aparentemente extraordinários ou inauditos. É, igualmente, graças a esta força coletiva que, por vezes, o protagonista coletivo pode assumir uma heroicidade cujas características parecem aproximá-lo do herói individual. Porém, os homens que, num determinado momento da história, constituíram o protagonista coletivo, não poderiam, individualmente, realizar os atos que, coletivamente, foram possíveis. O protagonista coletivo assume-se, deste modo, como um ente coletivo cujo devir histórico é por ele protagonizado. Unindo sinteticamente os opostos, o imaginário do protagonista coletivo compreende algumas das estruturas do regime noturno sintético do imaginário durandiano (cf. Durand, 2006), sendo constituído por uma estrutura sintética na qual o futuro se torna presente (Durand, 2006, p. 348) graças à síntese que resulta da luta dos contrários (Durand, 2006, p. 348).

O imaginário do herói individual apela, pois, à manifestação dos símbolos durandianos ascensionais (a verticalidade, a asa, o chefe), espetaculares (a luz, o sol) e diairéticos (o que corta e purifica, as armas) – os quais, por sua vez, exprimem a fuga perante o Tempo ou a vitória sobre a Morte. Ora, sendo que aqueles símbolos constituem sistemas de imagens polarizadas em volta da antítese Luz/Trevas, característica do regime diurno do imaginário durandiano, consideramos que o imaginário do herói individual recorre à manifestação simbólica das estruturas diurnas do imaginário

(as quais fornecem uma explicação para as atitudes sociais que fazem com que o homem busque, de forma obcecada, a distinção). O imaginário do herói individual implica, portanto, o regime diurno de imagens de Durand.

O imaginário do protagonista coletivo, por sua vez, valoriza a síntese, não como unificação, mas antes como salvaguarda das distinções e oposições. Ora, este carácter dialético ou contrastante do que Gilbert Durand caracterizou como estruturas de harmonização dos contrários é uma característica do regime noturno (sintético). Neste sentido, se compreendermos, no seguimento de Gilbert Durand, que esta estrutura do imaginário – fundada no mito de Jessé (o qual se encontra, por sua vez, na origem de mitos otimistas e progressistas do Ocidente) - é progressista, podemos assimilar determinadas manifestações simbólicas do regime noturno durandiano ao imaginário do protagonista coletivo. 147

2. O herói individual e o protagonista coletivo: prevalência e luta simbólica

A República fizera apelo a imagens e símbolos arquétipos típicos do imaginário do herói individual, que predominara durante a monarquia.

Apesar disso, mitos arquétipos perduravam no imaginário social português, os quais o impediam de se libertar totalmente daqueles. Nesse sentido, assistimos a uma

coexistência de ambos os imaginários, sobretudo até à instauração da ditadura de Sidónio Pais, momento a partir do qual volta a predominar, ainda que provisoriamente, o imaginário heroico e imperial. A sobrevivência deste imaginário, no período que se estende de 1910 a 1917, revela-se através da manutenção e da recriação mítica de heróis nacionais por parte dos republicanos.

A Geração de 70 (Antero de Quental (1842-1891), Eça de Queiroz (1845-1900), Oliveira Marques (1845-1894), entre outros), na sua busca de uma identidade portuguesa que se havia perdido, procurara encontrar figuras históricas que representassem a *raça* portuguesa, a nação, e, uma vez encontradas, mitificaram-nas.

Naquela mitificação heroica encontramos a ressurgência da figura de Camões, a qual, especialmente com Teófilo de Braga, assume a função sintetizadora do Estado-nação. Teófilo de Braga cria, assim, o *supra-Camões*: o poeta que teria morrido em 1580 (data do fim da independência nacional) é galvanizado, transformando-se a data da sua suposta morte na data representativa da afirmação nacional de independência. O carácter histórico de Camões foi, deste modo, gradualmente, substituído pelo mito, «uma espécie de santo padroeiro do culto da Humanidade segundo a doutrina de Augusto Comte» (Medina, 1986, p. 14). Nesta tentativa (vitoriosa) de assimilação do poeta à grandeza da própria nação, Teófilo de Braga utilizou um

método de heroificação que se aproxima do método clerical de santificação.

Mitificando a imagem de Camões (exemplo a ser seguido), o imaginário do protagonista coletivo não foi, deste modo, capaz de subalternizar a imagem arquetípica do herói. Assistimos, assim, durante a República, a uma síntese de ambos os imaginários: Camões, mitificado, é o representante da República (cf. Medina, 1986). A mitificação de Camões é tanto mais patente quando os seus pretensos ossos são os primeiros a serem trasladados para o Panteão do Mosteiro dos Jerónimos. Segundo João Medina, Camões torna-se, então, num *arquimito*, utilizado pelo P.R.P. numa «operação de convergência ou de assimilação dum Grande Mito Nacional» numa lógica recuperação da «ideologia patriótica [...] do Partido Republicano luso e [d]a figura emblemática do Bardo que cantava as Descobertas, a Expansão territorial e o Império» (Medina, 1986, p. 14).

Esta mitificação camoniana conduz João Medina a assimilar o *supra-Camões* setentista ao Encoberto messiânico: «o Camões mítico do Tricentenário passa a ser o Encoberto aguardado pelo messianismo de barrete frígio» (Medina, 1986, p. 16). A tradição simbólica de heroificação nacional de uma figura histórica é defendida por Guerra Junqueiro nos seguintes termos:

O Nome sagrado de Camões junta-nos hoje aqui em fraterno convívio, durante algumas horas. Camões é Portugal, e a festa de Camões o dia santo da Nação. Celebremos o

herói religiosamente, vivendo este dia na sua alma, comungando no pão do seu espírito. Adoremo-lo para nos sublimar, para que nos atraia e venha a nós. As línguas de fogo só descem quando se desejam, e os santos só nos ouvem quando estamos próximos.

Camões é o génio lusitano, a idealidade da raça, um herói. Pertence ao grupo dos mortais, dos que viveram no mundo o breve instante, com olhos de eternidade e de infinito.

A vida resolve-se em dor e amor, e ele amou e sofreu como poucos homens. Amou a justiça, amou a virtude, amou a beleza. Amou a Pátria na humanidade, a humanidade no universo, e o universo em Deus. E desse imenso amor fez colheita de luto e colheita de dor. Semeou beijos e nasceram-lhe víboras. Pôs na frente da Pátria um diadema de estrelas, e recebeu por galardão uma coroa de cardos (cit. in Medina, 1986, p. 17-18).

Na heroificação que faz de Camões, Junqueiro recorre aos símbolos religiosos, em estreita conexão com o positivismo comtiano. Camões torna-se, assim, num *santo* laico. A teoria comtianaⁱⁱ deixou, desta forma, a sua influência no campo do imaginário. Por um lado, o republicanismo assimilou a *teoria dos três estados* e a crença na necessidade imperiosa do advento de um *estado positivo* e, por outro, assimilou (mesmo se timidamente) as teses místicas comtianas.

Embora, em Portugal, o positivismo se tenha caracterizado, fundamentalmente, pelo cientismo e por uma crença na evolução e no progresso, a pretensão de institucionalizar uma *religião da humanidade – o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim* - não foi completamente posta de parte. A síntese imagética do misticismo comtiano e da imagem arquetípica do *herói* permitiram, por

consequente, a ressurgência mítica de heróis nacionais, de que é exemplo o *supra-Camões* teofilino ou junqueiriano.

Os símbolos religiosos não foram, em conclusão, abandonados pela República, antes tendo sido recriados: a simbologia judaico-cristã é, então, paganizada ou laicizada com o intuito de aviltar a nação imperial portuguesa. No seu Manifesto de 1891, o P.R.P. já defendera a «criação de um Panteão nacional para as honras cívicas» (parte I). A ideia de Império, nação superior que Camões tão bem havia descrito na sua epopeia *Os Lusíadas*, encontra-se, desta forma, subjacente, em parte, à própria ideia de República, na continuidade do ideário imperial oitocentista.

149

Não obstante a coabitação imagética entre o imaginário do protagonista coletivo e o imaginário do herói individual, o primeiro prevalece. Nesse sentido, o apelo a um imaginário no qual as massas derrotam o herói para construir uma alternativa, é a imagem prevalecente no discurso e simbologia republicanos.

3. A Primeira República: História e imaginário

A proclamação da República, apesar de incongruências e de conflitos internos, constituiu um momento maior da História de Portugal. Este momento maior foi protagonizado, como referimos, em termos imagéticos, por um

imaginário que apela à ação motora do povo. Ela não perdurará, porém, ao longo da Primeira República.

Durante a monarquia, a luta pela República ganhara adeptos crescentes entre as várias camadas da população, sobretudo entre as massas populares, que, a 5 de outubro de 1910, lhe manifestam o seu apoio. Estas manifestações populares de apoio realizaram-se, sobretudo, nos grandes centros urbanos, em particular na região de Lisboa. O povo, na sua aspiração a melhores condições de vida e de trabalho, por mais direitos e justiça social, provoca uma mudança social e histórica, ocupando as ruas e afirmando a soberania nacional. Estas manifestações apenas podem ser compreendidas considerando a força do conjunto das massas populares, que, pretendendo uma ordem e valores novos, possibilitaram o ressurgimento de um imaginário que se acordasse com as suas aspirações.

O mito messiânico da crença num herói *salvador* da nação é, assim, transposto para um plano secundário. Não é o rei-salvador que se espera, pelo que a mudança não é transposta para um hipotético herói, mas para a força assumida por um coletivo.

As condições sociais e laborais propostas pelos republicanos, e que haviam permitido a ressurgência de um imaginário social contrário ao conservadorismo mítico sebastianista, não seriam, contudo, plenamente realizadas. Nalguns casos (como no direito ao voto) verificou-se um recuo. Esta situação, agravada pela entrada em

guerra de Portugal, ao lado dos Aliados, criou um desânimo crescente e o entusiasmo inicial foi-se esbatendo. As imagens de esperança, de avanços, de construção de uma nova era, impulsionadas pelos republicanos, e assimiladas pela população, começam, gradualmente, a dar origem à imagem sebastianista de um *chefe-salvador*, num retorno aos arquétipos do monarca soberano (Durand, 2006, p. 156), permitindo o (re)nascimento da ideia de um país que busca um rumo e uma nova era (que, num determinado momento da Primeira República, já se considerava perdida). A Idade do Ouro prometida voltara a ser uma aspiração. As imagens construtivas de um progresso social, subjacentes à ideia de um novo sistema político, são, assim, superadas por mitos arquétipos messiânicos. 150

3.1. Os avanços republicanos

A implantação da República conduziu ao poder o Partido Republicano, tendo sido formado um governo provisório sob a presidência de Teófilo de Braga. Nos primeiros dez meses de governação, o Governo Provisório concretiza algumas das reformas propostas pelo Partido Republicano, consolidando o regime e logrando o reconhecimento exterior. Porém, após o primeiro ano de governação, o governo republicano afasta-se das exigências e esperanças populares, iniciando uma

(auto)destruição simbólica e, conseqüentemente, imagética do ideário republicano.

A 28 de Maio de 1911 realizam-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a qual elabora uma nova Constituição (Constituição de 1911). Novas e importantes transformações na vida política do país são homologadas pela Lei fundamental, na qual se consagram os direitos e garantias individuais e o pluripartidarismo.

Um dos aspetos mais revolucionários desta Constituição consistiu na laicização do Estado. Previu-se a igualdade de todos os cultos, sem dar qualquer tipo de primazia à Igreja Católica. Separa-se a Igreja do Estado (Lei de 20 de Abril de 1911), estipulando-se a nacionalização dos bens eclesiásticos. O ensino religioso nas escolas públicas é proibido e institui-se o registo civil obrigatório para os nascimentos, matrimónios, divórcios e óbitos, como o P.R.P., desde a sua constituição, defendera: «Liberdade de consciência e igualdade civil e política para todos os cultos. Abolição do juramento nos atos civis e políticos. Registo civil obrigatório para os nascimentos, casamentos e óbitos. Liberdade de imprensa, de discussão e ensino.» (*Manifesto do P.R.P. de 1891*, parte II, artigo 2º, ponto 1).

No plano político, estabelece-se a representatividade parlamentar, assim como a separação tripartida de poderes: o poder legislativo cabe ao parlamento - o Congresso da República -, o poder executivo reparte-se entre o

governo e o Presidente da República, competindo o poder judicial aos Tribunais. Institui-se, portanto, um regime parlamentarista, no qual predomina o poder legislativo relativamente ao poder executivo: o Governo deve assumir as suas responsabilidades perante o Congresso, o qual possui o poder de destituição do Presidente da República (eleito por sufrágio).

No plano laboral, vários são, igualmente, os progressos, ganhos, frequentemente, graças à capacidade de reivindicação dos trabalhadoresⁱⁱⁱ. No diploma legal de 10 de Maio de 1919, o regime de duração do trabalho é alterado, fixando-se a duração máxima de oito horas diárias^{iv} e de quarenta e oito horas semanais (para o comércio, a função pública e a indústria). 151

A República reconhece, igualmente, o direito à associação profissional para efeitos de cessação de trabalho: o direito à greve é, finalmente, conquistado. Por outro lado, no sentido de promover a qualidade de vida da população é criado um Serviço de Assistência Pública. Adotam-se, desta forma, diplomas que criam o seguro social obrigatório contra desastres no trabalho e o seguro social obrigatório na doença, na invalidez, na velhice e na sobrevivência - todos datados de 10 de Maio de 1919. Graças à política de instrução da República, reduz-se, significativamente, o analfabetismo: de 75.1%, em 1911, passa para 67.8%, em 1930 (Oliveira Marques, 2011).

Não obstante os importantes progressos sociais, o Partido Republicano encontrava-se

dividido. As divisões internas no seio do Partido Republicano originaram, aliás, a criação de diferentes partidos, nomeadamente após o Congresso do P.R.P. de 27 e 30 de Outubro de 1911: surgem, desta forma, o Partido Democrático ou Partido Republicano Português (1912), o Partido Evolucionista (1912) (partido pouco representativo) e a União Republicana ou Partido da União Republicana (1912). O Partido Socialista continuava, por seu lado, ativo.

3.2. Os recuos e a descrença na República

Apesar dos avanços sociais, das conquistas laborais alcançadas e do estabelecimento de uma proteção social universal, a Primeira República confrontou-se com diversos problemas internos que tiveram como consequência uma crise permanente das instituições.

Várias são as causas apontadas para o despoletar da crise que conduziu à queda da Primeira República e para o gradual afastamento da população portuguesa do novo regime: a oposição organizada dos sectores monárquicos e católicos à República, as divisões internas no seio do próprio Partido Republicano, a incapacidade do Congresso em estabelecer uma linha governativa única, o envio de soldados para a Primeira Grande Guerra, a crise económica e a consequente agitação social.

As limitações à Lei da Greve publicada em Dezembro de 1910, numa conjuntura em que

as greves se sucediam, contribuíram para exaltar os ânimos das classes populares. Em Janeiro de 1911, batalhões de voluntários da República manifestaram-se contra os movimentos grevistas, ato que, desde logo, nos remete para as hostilidades que cedo se começaram a manifestar entre o movimento operário e o regime republicano. Entre 1910 e 1917, e entre 1919 e 1921, várias greves continuaram a agitar o país. Aproveitando-se da instabilidade social, diversos grupos católicos e monárquicos ganham importância, sobretudo a partir de 1917. Paralelamente, desenvolve-se uma oposição de *esquerda*, na qual grupos de intelectuais procuram encontrar soluções para a difícil situação económica e social do país (de que é 152 exemplo o grupo fundador da Revista *Seara Nova*).

A desilusão republicana e a fragilidade da economia conduziram, entre 1910 e 1915, a uma emigração maciça para o Brasil e para a América do Norte. A pequena reserva financeira conseguida por Afonso Costa não foi, por seu lado, suficiente para dar confiança às classes abastadas e travar a crescente fuga de capitais para o estrangeiro; o défice do comércio externo crescia e as exportações diminuía (Oliveira Marques, 2011).

Em quinze anos e oito meses, a Primeira República teve um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes. A República portuguesa foi, por conseguinte, o regime parlamentar mais instável da Europa: «na

“arena da República”, as paixões pessoais e ideológicas entrecrocaram-se, tendo desencadeado forças que prepararam o terreno para a intervenção dos militares na política e para a instauração da ditadura» (Wheeler, 1979, p. 865).

Neste contexto, cresce, entre os militares, a crença de que as forças militares seriam o baluarte da independência nacional e o guardião das liberdades da população, estando destinadas a *salvar* o país das carências e erros republicanos. Prepara-se, assim, o terreno para a ressurgência do imaginário do herói individual, no qual o Exército ou um dos seus chefes iria corresponder à imagem do *salvador* messiânico sebastianista, «roi juriste, prêtre ou guerrier» (Durand, 1002, p. 162).

4. A Ditadura de Sidónio Pais: primeira ditadura consubstanciada no imaginário do herói individual

Uma ditadura lançará as bases imagéticas e políticas da ditadura militar que será instaurada em 1926. Referimo-nos à ditadura de Sidónio Pais que, apesar de breve, foi a primeira experiência ditatorial portuguesa (com a exceção da brevíssima ditadura de Pimenta de Castro, em 1915).

Em 1911, Manuel de Arriaga^v (1841-1917) (Partido Republicano) é eleito Presidente da República. Com o objetivo fundamental de

manter as suas colónias, Portugal intervém na guerra de 1914-18, ao lado dos Aliados. Em Janeiro de 1915, Manuel de Arriaga nomeia para Presidente do Conselho o General Pimenta de Castro (1846-1918), sem a sanção do Congresso. Até Maio de 1915, Portugal foi, então, governado sob o signo de uma *proto-ditadura militar*, que contou com o apoio de unionistas, evolucionistas, uma parte do exército e monárquicos, assim como do próprio Presidente da República. A 14 de Maio de 1915, os Democráticos rebelam-se contra esta tentativa de instauração de uma ditadura e fazem eclodir, em Lisboa, uma revolta armada, com o apoio da Marinha, de parte do exército, de civis, da Maçonaria e da Formiga Branca. O governo cai, Manuel de Arriaga demite-se e o Congresso elege, em sua substituição, Teófilo de Braga. 153

Nas eleições presidenciais de Agosto de 1915 é eleito Bernardino Machado^{vi}.

A instabilidade política marcou, desta forma, os primeiros anos da República, situação que aliada ao esforço de guerra deu origem a um desastre económico: escassez de géneros, racionamento (entre as classes inferiores urbanas registaram-se situações de fome), consequente agitação social e repressão severa dos diferentes governos (Oliveira Marques, 2011).

Na Primavera de 1917, quando os primeiros contingentes do Corpo Expedicionário Português (CEP) chegaram à frente de combate, as dificuldades de abastecimento, o açambarcamento e os altos preços provocaram a

revolução da batata, com tumultos e assaltos em Lisboa e no Porto (Oliveira Marques, 2011).

O imaginário do herói individual ressurgirá naquele ano, revelando-se na religião, através das supostas aparições de Fátima, e na política, através da figura de Sidónio Pais.

A 5 de Dezembro de 1917, algumas unidades de Lisboa revoltam-se sob a chefia de um ex-ministro, o Professor e Major Sidónio Pais^{vii} (1872-1918) (então membro do Partido Unionista), dando início ao *dezembrismo*. O governo demite-se, Bernardino Machado é intimado a sair do país e é instaurada uma ditadura militar, autointitulada *República Nova*.

Para além de destituir o Presidente da República e de dissolver o Congresso, Sidónio Pais decreta alterações à Constituição e concentra em si todos os poderes.

Em 1918, Sidónio Pais funda o Partido Nacional Republicano. Em 28 de Abril do mesmo ano realizam-se eleições legislativas e presidenciais. Único candidato, Sidónio Pais é eleito Presidente da República. Nas eleições legislativas, os três grandes partidos da *República Velha* recusam-se a participar, pelo que os nacionais-republicanos elegem 108 deputados e 31 senadores, os monárquicos elegem 37 deputados e 8 senadores, os católicos 5 deputados, sendo, ainda, eleitos 5 deputados independentes. O Partido Unionista, de que foi membro Sidónio Pais, e que fora o seu principal apoio político na revolta militar, passa, entretanto, para a oposição.

Sidónio Pais instaura uma ditadura militar que se destaca pelos desfiles militares, cavalgadas pelas ruas e receções luxuosas. A mística do *chefe* atinge, com Sidónio Pais, a sua plenitude, reencarnando, no imaginário coletivo, o messianismo sebastianista.

Na instituição do que intitulou de «ditadura revolucionária» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*), Sidónio Pais surge como um homem instituído pela vontade divina, herói libertador da nação do jugo estrangeiro, congregador da vontade do povo. Como «chefe da Revolução» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*), Sidónio Pais reclama, no entanto, o necessário apoio dos órgãos do Estado:

Chefe da Revolução de 5 de Dezembro, sinto vivo prazer em ter podido conduzir o país com a colaboração de todos os que tomaram parte no movimento revolucionário e o apoiaram após oito meses de dificuldades inúmeras e de áspera luta de todos os dias contra a demagogia, tendo sempre assegurado a ordem e respeito pelas liberdades públicas e pelos direitos individuais, a uma situação perfeitamente normalizada, em que a soberania nacional se exerce por intermédio dos seus legítimos órgãos (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Crendo-se o representante e síntese da vontade coletiva da nação, Sidónio Pais afirma que a sua autoridade e governo se baseiam numa vontade superior do povo: «Foi para o povo que se fez a revolução de 5 de Dezembro [...]. Foi com os olhos sempre fitos no povo que governei

durante o período ditatorial» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). Pais considera-se, portanto, o messiânico destruidor de uma idade anterior, durante a qual a soberania republicana portuguesa se encontrara em perigo: «Não só a pátria estava em perigo. Se elementos republicanos não encarnassem em si as aspirações do país a revolução poderia vir a apresentar a forma duma restauração monárquica. Era mister actuar rapidamente» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). O salvador da nação, exaltador nacional de uma raça suprema, considera instaurar uma nova era: «De muitos males enfermava a sociedade portuguesa. Raça de heróis, com altíssimas qualidades, que através da sua história tanta vez se tem afirmado, em todos os ramos da actividade humana» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*). A «felicidade do povo» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*) seria, assim, a nova Idade de «Justiça, de Verdade, de Beleza» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Pais apresenta-se como o representante do sentimento nacional, cuja tarefa consiste em honrar a República através da sua ação providencial. Utiliza, portanto, como recurso de propaganda, a ressurgência de *arquimitos* e uma

simbologia que nos reenvia para um presente inspirado da heroicidade do passado. Apresenta, neste contexto, o trabalho agrícola como a qualidade inerente do amor à terra, e, conseqüentemente, à Pátria: «o melhor caminho a seguir para o salvamento da Pátria, porém, terminante, assevero que esse futuro deve e há-de assentar na Agricultura [...] Estimo ver aqui o amor à terra, único que pode estimular o amor à Pátria» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Sendo o predecessor, no plano político, de Oliveira Salazar, Pais apresenta a ditadura como uma ideia nova, única solução para os problemas do país, e defende a existência de um partido único: «A rotina dos partidos é um mal. É necessário formar um partido constituído por todos e para realizar a obra da República assim se deve fazer» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*).

Pais apresenta, pois, a ditadura como uma solução antidemocrática^{viii} necessária - «o movimento de 5 de Dezembro foi antidemocrático» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém*) - no qual a Igreja ocupa um lugar de relevo. Assume-se, a si próprio, como o representante da reconciliação nacional - «Uma nova era de Liberdade, de Tolerância, de Respeito pelas crenças religiosas e pelas convicções políticas surgiu. É só numa tal

atmosfera que a nação deverá prosperar. Ela precisa de uma base estável que não poderia encontrar-se senão na união espiritual de muitas almas» (Pais, *Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 no Governo Civil de Santarém*)- e restabelece as relações com Roma, renunciando, assim, ao espírito progressista laico da Primeira República.

Inicialmente apoiado pela população que, desiludida com a *República Velha*, procurava uma verdadeira melhoria das suas condições de vida e de trabalho, Sidónio Pais perdeu, gradualmente, o seu apoio. A instabilidade política continuara a ser uma constante da vida nacional - no espaço de um ano, registaram-se três remodelações ministeriais - e a política de guerra tivera como consequência o quase abandono dos soldados portugueses, durante a Primeira Grande Guerra, na Flandres, onde sofriam pesadas baixas (mormente na célebre batalha de *La Lys*, ocorrida em 9 de Abril de 1918). Paralelamente à intensificação da agitação e ao descontentamento social, o clima de repressão tomou proporções até então desconhecidas: prisão, tortura, espancamentos.

Em 14 de Dezembro de 1918, Sidónio Pais é assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa, por Júlio da Costa, antigo sargento que havia combatido contra os alemães, em África, e que havia participado na implantação da República, em 1910. O país mergulha, de seguida, numa profunda crise política e económica, provocada, sobretudo, pelos efeitos

sociais e económicos resultantes da Primeira Grande Guerra.

Com a morte de Sidónio Pais, o bloco sidonista divide-se em duas tendências antagónicas que se confrontariam durante os meses de janeiro e de fevereiro de 1919: por um lado, os monárquicos e integralistas que, através das Juntas Militares, pretendiam reinstaurar a Monarquia; por outro, os republicanos históricos que, aliados aos sectores reformistas sidonistas, se empenhavam na refundação da República. O Governo de coligação de José Relvas (1858-1929) - formado em janeiro de 1919 - logrou pacificar o país e, em maio de 1919, com a vitória nas eleições legislativas do Partido Democrático, iniciou-se a *Nova República Velha*. 156

Simbolicamente, a instabilidade dos primeiros sete anos republicanos, assim como a ditadura sidonista, acentuaram a interação da dualidade imagética portuguesa, uma vez que a República se mostrara incapaz de se libertar de imagens arquetípicas, que, progressivamente, se voltariam a impor no imaginário social.

Conclusão

À instauração da Primeira República (durante a qual havia prevalecido o imaginário do protagonista coletivo, assumindo as massas os valores progressistas republicanos) sucedeu-se, como referimos - em consequência das contradições internas do regime, das tentativas

contrarrevolucionárias monárquicas e da crise económica -, a primeira ditadura europeia: a ditadura militar de Sidónio Pais. No plano imagético, Sidónio Pais apropria-se das imagens presentes no imaginário do herói individual.

Apresentando-se como o *salvador* da nação, Pais fez ressurgir mitos arquétipos, para, de seguida, justificar uma política de carências, de submissão ao estrangeiro e à Igreja, e de apoio às grandes oligarquias. Pais é, portanto, a figuração do herói individual que, no seguimento do cabralismo, reencarna a nação, o divino e o povo.

O imaginário do herói individual manifesta-se na sua plenitude, num período histórico marcado pela crise, pela agitação, pelo descontentamento social e por um aumento da influência da Igreja. O pretense milagre de Fátima ocorrera, aliás, no ano de 1917, num momento em que católicos e monárquicos, aproveitando a crise económico-social, aumentavam os ataques à República e aos seus aspetos mais progressistas, clamando, um, o retorno à monarquia e, o outro, a instituição de um Estado baseado na fé católica.

O imaginário do herói individual servira ao sidonismo para instituir um sistema que se apoiava, ideologicamente, em valores de inspiração integralista e, no plano económico, no capital industrial. Em íntima conexão com a religião, o sidonismo atacou o laicismo da República e pugnou pelo regresso a uma velha ordem. Assumindo-se como uma nova Idade de

Ouro, a *República Nova* constituiu, na prática, uma tentativa de conservação dos aspetos político-sociais mais conservadores da monarquia, sob a forma de uma ditadura militar. Na continuidade do clericalismo, que valoriza o regime diurno de imagens durandiano, o sidonismo trouxe a paz à Igreja portuguesa. A Lei de Separação de 1911 foi revista e certos aspetos foram modificados, restabelecendo-se as relações diplomáticas com o Vaticano. Sidónio Pais permitiu, assim, o renascimento do cristianismo, em detrimento do anticlericalismo que se encontrara subjacente ao imaginário que se manifestara em 1910.

Quando o sidonismo findou, a ideia de um regime totalitário, sob os auspícios do cristianismo, não morreu com ele. As bases ideológicas, políticas e imagéticas estavam lançadas para a construção de um regime fascizante e totalitário que se imporia, em Portugal, entre 1926 e 1974. 157

A chegada ao poder do fascismo italiano, em 1923 produziu um efeito importante entre as hostes da direita portuguesa, herdeira do integralismo e do movimento sidonista. A *Cruzada Nuno Álvares Pereira*, liga ultranacionalista fundada durante o sidonismo, «uniu e cimentou a reação ditatorial desenvolvendo uma campanha de propaganda dentro da qual assume particular importância, a partir de 1923, o modelo italiano» (Pinto, 1999, p. 45).

O sidonismo constituiu, portanto, um esboço de um regime político, alternativo ao parlamentarismo republicano, apesar de não ter conseguido substituir a representatividade liberal por um outro modelo estável. O discurso, a mobilização e os símbolos utilizados aproximaram-no de uma solução de tipo fascizante, cujos modelos emergiram pós-Primeira Guerra Mundial. Esta orientação fascizante foi, segundo António Costa Pinto (1999), marcada pelo «carisma populista do ditador legitimado por plebiscito e o apelo messiânico ao *salvador*, a tentativa da ordem antidemocrática e o nacionalismo exacerbado, ao qual corresponde uma modernização do aparelho repressivo, o esboço de criação de um partido único de apoio ao regime e, finalmente, uma tentativa orgânica corporativa de representação» (p. 46).

Sidónio Pais constituiu, em suma, a figura exemplar do chefe de um regime de tipo profascista. A direita nacionalista, de herança integralista e sidonista, recorreu, portanto, ao imaginário do herói individual e à mitologia patriótico-clerical, típica do regime diurno de imagens durandiano, para defender a existência de um regime profascista, apresentado como a realização da nova Idade tanto esperada. O sidonismo constituía, deste modo, um polo de oposição importante à Primeira República.

Em 1926, tal como em 1918, um grupo de militares aproveitar-se-ia da situação económica precária e da instabilidade

governativa portuguesa para se apresentar como a solução para os problemas da população, descontente com o rumo económico-social do país. Seria, uma vez mais, num momento de crise, que o povo tentaria encontrar uma solução para os seus problemas num pretense herói. De inspiração messiânica cristã, este herói apresentar-se-ia, primeiramente, à semelhança do que se passou com Sidónio Pais, na figura do General Gomes da Costa e, mais tarde, na figura do Ministro das Finanças, Oliveira Salazar. O imaginário do herói individual constituiu, pois, uma base imagética a que os regimes totalitários e fascizantes portugueses fariam apelo.

A 28 de Maio de 1926, o General Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929), um dos mais prestigiados heróis de guerra, revoltou-se em Braga: à semelhança do que houvera feito Mussolini, Costa Gomes iniciou uma marcha sobre Lisboa. A maioria do Exército juntou-se a ele ou manteve-se neutral. O governo demitiu-se, o Presidente da República, Bernardino Machado, renunciou ao seu mandato e entregou todos os seus poderes a um dos revoltosos, o Comandante José Mendes Cabeçadas (1883-1965).

Findaria, então, a Primeira República.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Teófilo. **Viriato** [1904]. Lisboa: Fronteira do Caos, 2006.

DURAND, Gilbert. **Les Structures anthropologiques de l'imaginaire**: introduction à l'archétypologie générale. Paris: Dunod, 1992.

ELIADE, Mircea. **Traité d'Histoire des religions** [pref. Georges Dumézil]. Tomo I. Paris: Payot, col. «Bibliothèque historique», 1949.

MACEDO, Helder. «A Mensagem e as mensagens de Oliveira Martins e de Junqueiro». **Revista Colóquio Letras**, Maio de 1988, n° 103, pp. 28-39.

MEDINA, João. «Zé Povinho e Camões: dois pólos da prototipia nacional». **Revista Colóquio Letras**, Julho de 1986, n° 92, pp. 11-21.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. (de). **Breve História de Portugal**. Lisboa: Presença, 2001.

PAIS, Sidónio. “**Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 nos Paços do Concelho de Santarém**”. Portugal: geocities, [s.d]. Disponível em:

http://www.geocities.com/rosapomar/carvalho_um_ao.pdf

www.geocities.com/rosapomar/carvalho_um_ao.pdf

PAIS, Sidónio. “**Discurso pronunciado em 4 de Março de 1918 no Governo Civil de Santarém**” [em linha]. Portugal: geocities, [s.d]. Disponível em:

www.geocities.com/rosapomar/carvalho_um_ao.pdf

PINTO, António Costa. “O Fascismo e a crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos”. Penélope. **Fazer e Desfazer História**, Junho

1999, n° 3, pp. 44-62.

WHEELER, Douglas L. “A Primeira República Portuguesa e a história”. **Análise Social**, 1978, vol. XIV, n° 56, pp. 865-872.

NOTAS

ⁱ Professora Adjunta Convidada – PhD da Escola Superior de Língua e Tradução (ESLT) do Instituto Politécnico de Macau (IPM). Pós-doutorado pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) / Brasil. Doutorado pela Université Stendhal – Grenoble III (França) e pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Portugal).

ⁱⁱ Isidore Auguste François Xavier Comte (1798-1857), fundador da escola positivista, defende que a filosofia positiva permite a progressão da ciência e a reorganização da sociedade. Segundo a lei dos estados teológico ou fictício, metafísico ou abstrato e positivo ou científico, a humanidade caminhava para o progresso baseado na *verdade científica*. Alguns dos discípulos de Comte criticarão, contudo, o seu regresso a concepções metafísicas que, inicialmente, buscara ultrapassar, nomeadamente com a defesa de uma *religião da humanidade*. 159

ⁱⁱⁱ Rapidamente os avanços republicanos ficam, porém, aquém das expectativas. Assim, a 29 e 30 de Janeiro de 1912 eclode a primeira greve geral. Numa primeira fase, o governo opta pela negociação. Numa segunda fase, o governo decreta o estado de sítio em Lisboa (onde se situava o órgão dirigente do movimento, a União de Sindicatos de Lisboa), encerrando a sede do movimento operário (Casa Sindical) e prendendo centenas de pessoas. Não obstante, os movimentos de reivindicação prosseguem. Entre 1911 e 1914 organizam-se diversos congressos de trabalhadores e desenvolve-se, em paralelo, o movimento anarquista. Perante o desenvolvimento das lutas e reivindicações sociais, é criado, em 1916, o Ministério do Trabalho e da Providência Social.

^{iv} Igualmente adoptada em França, a lei das *oito horas* resulta da sua aprovação na Conferência de Paz de Paris, a 28 de Junho de 1919. Os Aliados (incluindo Portugal) e a Alemanha assinam um acordo, no qual se recomenda a jornada diária de oito horas de trabalho. Em Novembro, por ocasião da Conferência Internacional do Trabalho, em Washington, reafirma-se o princípio *civilizacional* das oito horas diárias. Desta Conferência sairá, aliás, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual Portugal é membro fundador.

^v De seu nome completo, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue.

^{vi} O mandato de Bernardino Machado findará em 1917.

vii Ministro do Fomento, no governo de João Chagas, de 4 de Setembro a 3 de Novembro de 1911; Ministro das Finanças, no governo de Augusto de Vasconcelos, de 13 de Novembro de 1911 a 16 de Junho de 1912.

viii Ideologicamente, Sidónio Pais buscara no integralismo as suas bases.

Recebido em: 22/05/2018.

Aprovado em: 30/07/2018.

Publicado em: 31/08/2018.